



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUIVO ESCOLAR

Fernanda da Silva Rodrigues¹ | Priscila Ribeiro Gomes²

RESUMO

O artigo faz parte de reflexões empreendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que buscamos explorar dois fios de entrelaçamento entre a Arquivologia e a Educação. Baseados nessa tessitura, chamamos atenção para a Educação Patrimonial e para os Arquivos escolares enquanto dois eixos que necessitam ser aprofundados pela Arquivologia, sejam de forma teórica, através de revisão de literatura ou explorados empiricamente. Deste modo, defendemos que há uma necessidade de aproximação entre as duas áreas, sobretudo por acreditarmos no caráter interdisciplinar da Arquivologia. No que tange a Educação Patrimonial destacamos que a mesma é uma importante metodologia de aproximação entre os campos a partir dos usos dos arquivos, possibilitando que os arquivistas possam difundir os acervos e os documentos para o público, contribuindo, inclusive, nos processos de ensino e aprendizagem. Relativo ao arquivo escolar, procuramos demonstrar o seu valor social, através da abordagem da sua construção enquanto objeto de estudo, suas possibilidades e usos, e a necessidade da sua preservação e gestão. Nesse sentido, procuramos por meio de uma discussão teórica destacar a importância de uma aproximação entre os campos, de modo a contribuir para futuros trabalhos.

Palavras-chave: Arquivologia; Educação; Educação Patrimonial; Arquivo Escolar; Interdisciplinaridade; Memória, pedagogia dialética; mediação.

PATRIMONIAL EDUCATION AND SCHOOL ARCHIVE

ABSTRACT

The article is part of reflections undertaken within the scope of the Postgraduate Program in Document and Archive Management (PPGARQ). This is a bibliographical research in which we seek to explore two intertwining strands between Archives and Education. Based on this structure, we draw attention to Heritage Education and School Archives as two axes that need to be deepened by Archivology, whether theoretically, through literature review or explored empirically. In this way, we defend that there is a need for closer ties between the two areas, especially because we believe in the interdisciplinary nature of archivology. With regard to Heritage Education, we emphasize that it is an important methodology for bringing the fields closer together from the uses of archives, enabling archivists to disseminate the collections and documents to the public, even contributing to the teaching processes and learning. Regarding the school archive, we seek to demonstrate its social value, through the approach to its

¹ Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos | UNIRIO | fernandas_rodrigues@yahoo.com.br

² Doutora em Educação | UNIRIO | pri.unirio@yahoo.com.br



construction as an object of study, its possibilities and uses, and the need for its preservation and management. In this sense, we sought, through a theoretical discussion, to highlight the importance of bringing the fields closer together, in order to contribute to future work.

Keywords: Archives; Education; Heritage Education; School Archives; Interdisciplinarity; Memory, dialectical pedagogy; mediation

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia vem se desenvolvendo ao longo do tempo e se encontra em um contexto atual de renovação, que provoca uma ampliação do seu escopo de análise e de abordagens, a partir, inclusive de uma aproximação com outros campos de conhecimento.

Jardim (2012) apresenta três visões da Arquivologia por parte dos autores: Arquivologia como campo autônomo, Arquivologia como subárea da Ciência da Informação e Arquivologia como disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares.

Para esse trabalho, adotamos a última, que compreende as interlocuções existentes entre a Arquivologia e a Educação, as quais possibilitam uma maior compreensão de temas que permeiam as duas áreas.

A Educação é aqui entendida como campo de conhecimento que aporta para uma caracterização problematizada dos contextos educacionais formais e informais, dos seus atores, das tensões entre dinâmicas locais e políticas públicas educacionais, das culturas escolares, da importância dos documentos para História da Educação e para pesquisas retrospectivas, entre outros pontos.

A Arquivologia, entre outros aspectos, permite compreendermos as funções dos arquivos e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação, utilização e acesso.

Além disso, a aproximação entre as áreas proporciona uma compreensão multidimensional dos arquivos como instrumentos não apenas direcionados a atender demandas legais, comprobatórias, administrativas e funcionais, mas também funções educativas, históricas e culturais.

Nesse sentido, objetivamos apresentar uma discussão acerca de dois fios de entrelaçamento entre a Arquivologia e a Educação que são: a Educação Patrimonial e o Arquivo escolar.

2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Antes de nos debruçarmos sobre a Educação Patrimonial, consideramos relevante abordar a difusão, tendo em vista ser uma das funções arquivísticas que mais se aproxima da Educação Patrimonial.

A difusão é uma função arquivística importante no âmbito da Arquivologia, uma vez que potencializa o acesso aos documentos e às informações, aproxima a sociedade e os arquivos, expande o seu uso, fortalece a razão primária da sua existência e evidencia a sua relevância.

Os autores Rousseau e Couture (1998), ao falarem sobre o desenvolvimento da Arquivologia enquanto disciplina, destacam a difusão como um dos quatro grandes setores principais, objeto dos estudos dos especialistas dos arquivos, juntamente com o tratamento, a conservação e a criação. Segundo os autores, a difusão configura-se em uma das funções arquivísticas, somada à criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição.

Nesse aspecto, segundo Normand Charbonneau (1999 apud SILVA E PEREIRA, 2019) a difusão é o ato de transmitir ou disponibilizar informações contidas nos documentos de arquivo aos usuários (que podem ser pessoas ou organizações), de forma a atender às suas demandas específicas; além de ser uma atividade multifacetada, pois integra todos os relacionamentos mantidos pela equipe de arquivos com os usuários internos ou externos, em todas as três idades (corrente, intermediária e permanente).

Através da divulgação de acervos institucionais, a difusão proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos.

Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de existência contribui para alargar o seu valor social, enquanto espaço de cultura, educação, memória, história, enfim, de pertencimento para toda a sociedade e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir deles, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos alinhando-se à sua função informacional, administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber (BELLOTTO, 2004, p. 247).

Por esse ângulo, Bellotto (2004) apresenta três modelos de difusão: educativo, editorial ou cultural. O primeiro compreende as relações entre o arquivo e as escolas, por meio de visitas e ações que promovem o acesso aos documentos custodiados; o segundo se estabelece por publicações que divulgam o acervo, as atividades e os serviços do arquivo, e o terceiro relaciona-se ao desenvolvimento de projetos culturais.

Assim, algumas ações que podem ser empreendidas nos arquivos são realizações de palestras, exposições, debates, lançamentos de obras e concursos, simpósios, congressos, turismo cultural, espetáculos de luz e som aliados aos museus, publicações e serviços de assistência educativa.

As ações de difusão são relevantes por atrair o cidadão comum para o arquivo, aproximando-o dos acervos e ampliando o acesso, trazendo cultura e conhecimentos. No entanto, nem sempre a difusão cultural caracteriza-se como uma ação educativa. Para que se constitua como tal é preciso que haja um processo de aprendizagem, uma vez que, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro nem sempre é a aprendizagem).

A ação educativa surge como uma proposta que “nasce” com objetivo voltado para a aprendizagem, no sentido de potencializar a experiência do sujeito. A experiência ganha um significado para o sujeito, contribuindo para que ele retorne.

A forma como conduzimos esse processo de aprendizagem ocorrido durante as ações educativas nos/com os Arquivos, é um fator fundamental e que merece muita atenção.



Ao trabalharmos com ações educativas nos/com os arquivos, nos deparamos com vários autores que contribuem com alguns conceitos que iluminam o entendimento acerca da forma como tais ações podem ser pensadas/praticadas. Nesse sentido, escolhemos dois autores, que embora não sejam do campo da Arquivologia, colaboram no sentido de propor reflexões interdisciplinares a partir dos conceitos da pedagogia dialética e da mediação. São eles: Paulo Freire e Lev Vygotsky.

A pedagogia dialética, expressão fortemente marcada nos escritos de Paulo Freire (1987) nos remete à uma pedagogia baseada no diálogo, na troca, em que durante o processo de ensino e aprendizagem todos os sujeitos aprendem, uma vez que a relação se dá de forma horizontal.

Nos estudos de Vygotsky (1991) encontramos o termo mediação associado às práticas de desenvolvimento da aprendizagem, que se dão a partir de uma abordagem interacionista, por meio da relação eu-outro-social. Ou seja, a mediação só ocorre porque existe o sujeito, um interlocutor e o meio social.

Embora não fossem contemporâneos e localizados espacialmente distantes, Freire, um nordestino, nascido em 1921 e falecido em 1997, e Vygotsky, um bielo-russo, nascido em 1896 e falecido em 1934, ambos possuíam olhares e percepções bem próximos no que se referem aos processos de ensino e aprendizagem, apresentando a troca de saberes por meio do diálogo/ mediação como proposta para uma aprendizagem mais completa.

Nesse sentido Marques e Marques (2006) reforçam essa aproximação ao salientarem que o diálogo se apresenta como um dos pontos de convergência, um ponto de encontro entre as teorias dos autores, uma vez que, para Freire a educação é um ato dialógico; e para Vygotsky a linguagem é o principal elemento mediador do processo educacional. Ou seja, diálogo e mediação enquanto características importantes no processo de troca aparecem presentes nas duas perspectivas.

É interessante refletirmos sobre as propostas desses autores para nos aproximarmos, por exemplo, de algumas dimensões no campo da Arquivologia, como é o caso das ações educativas nos/com Arquivos. É importante nós, arquivistas, nos questionarmos sobre o que temos feito nessa direção, ou melhor, como estamos fazendo, como estamos propondo essas ações. Por meio dessa ótica, Freire e Vygotsky

contribuem, chamando atenção para as formas de fazer, pensando o sujeito, neste caso, podemos fazer uma alusão ao arquivista, enquanto mediador do processo. Será que nós, arquivistas, nos vemos enquanto mediadores desse processo? Temos consciência do nosso papel, voltado também para a difusão, em especial com ações educativas?

Essas são questões que precisam ser mais discutidas e aprofundadas não só nas instituições arquivísticas, mas principalmente nos ambientes acadêmicos, exigindo uma ampliação dos perfis de arquivistas que pretendemos formar. Trata-se de uma discussão importante, principalmente se analisarmos os currículos dos cursos de Arquivologia. Percebemos, em sua maior parte, muita luz para algumas disciplinas, enquanto para outras, quase um apagamento. A difusão, enquanto função arquivística precisa de mais visibilidade, uma vez que as ações educativas nos/com arquivos se mostram como um caminho para aproximarmos a comunidade dos Arquivos.

Algumas ações específicas voltadas ao público escolar podem ser desenvolvidas por meio dos princípios da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial é uma ação educativa que visa, valendo-se de metodologia específica, utilizar o objeto cultural, como um arquivo, enquanto instrumento de ensino e aprendizagem para os sujeitos.

Do ponto de vista histórico temos dois marcos importantes para as ações educacionais patrimoniais no país, que foram a criação em 1927 de um setor educativo no Museu Nacional, idealizado por Roquette Pinto e o 1º Seminário denominado “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial, ocorrido em 1983.

A Educação Patrimonial, conforme o Guia Básico do IPHAN:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo **ativo de conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, et. al 1999, p. 6. grifos dos autores).

A Educação Patrimonial promove a conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio ao estimular a ideia de preservação e fortalece os

sentimentos de identidade e cidadania. Atrelado a isso, segundo o mesmo guia a Educação Patrimonial,

É um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **autoestima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, et. al, 1999, p. 6. grifos dos autores).

Cabe destacar que essa concepção da Educação Patrimonial como instrumento de “alfabetização cultural” foi pensada em um contexto inicial, quando as atividades dentro das instituições não formais de educação (como os museus) começaram a ser sistematizadas. Hoje em dia, porém, há outras abordagens acerca da Educação Patrimonial que partem da premissa de que a educação para o patrimônio não deve voltar-se para alfabetizar culturalmente os indivíduos através de uma imposição de um determinado conhecimento ao outro.

Nesse sentido, Tolentino (2016) ressalta que a Educação Patrimonial deve ser um instrumento que promova diversidade, na qual diferentes indivíduos e grupos sociais possam ser sujeitos ativos, produtores e protagonistas da cultura, entendida como plural, de forma a promover conhecimentos acerca dos bens patrimoniais, de maneira coletiva e dialógica.

A Educação Patrimonial é um processo educativo, baseado em metodologias que devem levar em consideração as particularidades do público com o qual se irá trabalhar e os contextos e lugares, de forma a proporcionar a esse público experiência distinta da que vive, partindo de uma perspectiva não apenas limitada a transmitir informações ou apresentar o que é reconhecido e estabelecido como patrimônio oficialmente. Não pode ser simplesmente depositar a informação, mas sim, um processo em conjunto baseado na troca, no diálogo levando em consideração os sujeitos e o meio social.

A Educação Patrimonial mostra-se também como importante metodologia de aproximação entre a Arquivologia e a Educação a partir dos usos dos arquivos. Os arquivistas, na atuação nos arquivos, para difundir os acervos e os documentos para público, podem fazer uso e se apropriar dessa metodologia específica como um

instrumento facilitador, utilizando-se das propostas vistas acima, fundamentadas em Freire e Vygotsky.

Outro espaço em que podemos explorar a aproximação arquivo e sociedade, apresenta-se também nas escolas. Não apenas nos espaços formais de sala de aula, mas também nos espaços que custodiam as informações escolares, como por exemplo, o arquivo escolar. Deste modo, o trabalho voltado para educação patrimonial pode ocorrer com a documentação guardada na própria instituição escolar, servindo de instrumento facilitador no processo de ensino e aprendizagem, além de se apresentar como mais um espaço de atuação profissional para o arquivista. Para tanto, é necessário um trabalho em prol da organização desses arquivos, que muitas vezes estão localizados em lugares insalubres e de difícil acesso.

3 ARQUIVO ESCOLAR

Os arquivos escolares enquanto objeto de estudo é algo, que ousamos dizer, recente, sendo o interesse por estudá-los reflexo do surgimento da Nova História Cultural, um movimento renovador da historiografia, o qual, de acordo com Peter Burke (1990), surge a partir de meados dos anos 1980, fruto da Escola dos *Annales*³.

Para Roger Chartier, um dos principais expoentes desse movimento na França e um autor bem usado pelos teóricos da História da Educação, a Nova História Cultural surgiu da,

Emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, **as modalidades de funcionamento escolar**, etc (CHARTIER, 1990, p.14, grifo nosso).

³A Escola dos *Annales* foi um movimento de renovação da historiografia que surgiu na França a partir da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Esse movimento questionava a historiografia tradicional de viés positivista que dominou os séculos anteriores. Entre as grandes contribuições desse movimento foi a incorporação de novas fontes de pesquisa e a promoção da interdisciplinaridade, permitindo uma aproximação com outros campos de conhecimento. Foi dividido em quatro gerações, sendo a corrente da História Cultural desenvolvida durante a terceira. Para mais informações ver Burke (1990; 1992), Dosse (1994) e Barros (2010).



Com relação, especificamente à História da Educação, as pesquisas anteriores à década de 1990 se debruçavam sobre temas mais amplos, relativos a políticas públicas educacionais, evolução das ideias pedagógicas, em detrimento dos referentes às práticas escolares. Essas pesquisas “tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro [...]” (LOPES; GALVÃO, 2001, p.30 apud FURTADO, 2011, p. 147).

Na década de 1990, o cenário muda e os pesquisadores começam a questionar e criticar temas anteriormente abordados, uma vez que consideravam que esses não davam conta da complexidade e diversidade que permeavam a historiografia educacional. A partir desse momento, a História da Educação passou a considerar outros temas de investigação e, conseqüentemente, outras fontes de pesquisa, que ultrapassavam a perspectiva dos ditos documentos “oficiais”, como decretos, leis, regulamentos, portarias.

Nesse contexto, não é que temas mais amplos relativos à Educação tenham deixado de ser discutidos, mas há uma maior preocupação com assuntos relacionados a “cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares emergem como temas privilegiados e valorizados” (NOSELLA; BUFFA, 2008 apud FURTADO, 2011).

Também nessa conjuntura, ganham espaço na historiografia educacional brasileira análises sobre as instituições escolares, seus arquivos e fontes. Segundo Furtado (2011), a partir dos anos 1990, a instituição escolar passa a ser vista por outra ótica, o que permite que a temática do arquivo escolar ganhe fôlego e este passe a ser identificado tanto como um espaço rico em documentação para pesquisas, quanto como objeto de análise e investigação dos autores, que também passaram a se preocupar com o seu estado de preservação.

Nesse aspecto, observamos que, no âmbito da História da Educação, os arquivos escolares representam um tema recorrente e em constante desenvolvimento por parte dos autores, havendo pesquisas variadas. Há um crescimento de eventos e

grupos de pesquisa e extensão, especialmente na área de educação, que discutem as suas potencialidades.

Por parte da Arquivologia, os arquivos escolares ainda não são um tema muito abordado, se tratando de um assunto carente de investigação. O cenário encontrado a partir de leituras realizadas é de que os autores arquivistas que se interessam pelo assunto, no geral, possuem parte da sua formação relacionada com a História e, sobretudo com a Educação.

Apesar desse cenário apontado observamos que a partir das investidas de aproximação com a Educação, que têm surgido no âmbito da Arquivologia, esse contexto vem se modificando gradualmente e pesquisas e ações já estão sendo realizadas considerando as potencialidades do arquivo escolar.⁴

Os arquivos escolares representam o conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (MEDEIROS, 2004, p.2). Possuem o atributo “escolar” apenas como distinção em virtude dos documentos que o compõe, em grande parte de caráter educacional.

Feijó (1988) conceitua arquivo escolar como um conjunto de documentos que contêm informações sobre a vida escolar, tanto da organização como dos indivíduos. Os documentos se referem à instituição, no caso a escola, mas também a todos os sujeitos envolvidos, como alunos ou ex-alunos, professores, funcionários, enfim, a toda comunidade escolar.

Belloto (1994) ao definir os documentos de arquivo, infere que esses são os produzidos ou acumulados por uma entidade pública ou privada, ou por uma família ou pessoa física, no decurso do cumprimento de suas atividades e funções. Esse

⁴ Nesse aspecto, cabe destacar algumas iniciativas. A primeira delas, foi a criação em 2019, do grupo de pesquisa Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais (EducAr) da UNIRIO, coordenado pela professora Priscila Gomes. Há também como exemplo a disciplina “Arquivos, Educação e Práticas Culturais” ministrada no PPGARQ, em 2019, que trouxe no âmbito de um mestrado em Arquivologia discussões sobre as possibilidades do arquivo escolar em diferentes eixos. Destacamos também a parceria da UNIRIO com as escolas municipais do Rio de Janeiro, possibilitando aos alunos estagiarem no ambiente escolar. Essa parceria é fruto das discussões do grupo de pesquisa (EducAr).

conceito, trazido pela autora, embora abrangente, também enquadra os documentos escolares, que são produzidos pelas escolas em atendimento as suas demandas.

Ademais, segundo a autora, os documentos de arquivo surgem por razões funcionais, administrativas e legais e tratam, sobretudo, de dispor ou determinar sobre alguma coisa ou provar algum ato. Se observarmos os documentos escolares, igualmente identificamos neles essas razões de criação, uma vez que, atendem às necessidades imediatas da escola, servindo ao cumprimento de suas atividades legais, administrativas, pedagógicas, entre outras.

A escola deve ser entendida como uma instituição que tem missão, ações, atividade e objetivos e os seus documentos/informação refletem tanto as atividades-meio, sendo importantes, por exemplo, para os administradores nas tomadas de decisão e melhoria do desempenho, quanto às atividades-fim, relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem.

Os arquivos escolares são compostos de diversas espécies documentais⁵, as quais são exploradas e analisadas na literatura que trata dos arquivos escolares, como pode ser observado nos trabalhos de Mogarro (2006), Pereira (2007), Furtado (2011), Bonato (2000; 2005), Silva (2008) e Costa e Ignácio (2019).

De forma geral a partir do trabalho dos autores percebemos a importância desses documentos constituintes do arquivo escolar. A título de exemplo, citamos as contribuições de Silva (2008) a qual infere que,

Os arquivos escolares são constituídos de diversas espécies documentais que são também fontes de pesquisa porque registram a memória do fazer e pensar pedagógico no cotidiano escolar, além das questões administrativas. O tipo de informação gerado numa escola é bastante específico, refere-se à evolução do número de vagas, ao histórico de reprovações, de evasão escolar, entre outras. Essas informações podem se constituir numa ferramenta importante para a definição de políticas educacionais, seja no âmbito do município ou do Estado (SILVA et al, 2008, p. 2).

Bonato (2000), ainda destaca que os arquivos escolares através de seus documentos possibilitam levantar dados para pesquisa educacional e histórica da

⁵Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, espécie documental é a “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, relatório.

instituição e da comunidade escolar, representando um patrimônio documental que integra a sua memória e a memória educacional brasileira.

A partir da leitura do trabalho dos autores, podemos identificar que o universo documental presente nos arquivos escolares é muito rico e variado. É neles que ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, de acordo com a produção documental estabelecida pela legislação e pelas suas demandas específicas. Percebemos, ao analisar os documentos escolares, que esses são criados inicialmente para atender as obrigações e o controle, porém muitos deles posteriormente vão se constituir na memória da instituição, refletindo a sua cultura construída no cotidiano.

Nesse sentido, o arquivo escolar, além de atender demandas administrativas, legais, pedagógicas, também permite outras possibilidades. Por se constituir como um patrimônio documental das escolas pode ser utilizado em ações educativas e de Educação Patrimonial que contribuem nos processos de ensino e aprendizagem e para o desenvolvimento de pesquisas.

Relativo à questão da utilização do arquivo escolar como instrumento para aprendizagem, Moraes (2004), destaca que,

Os arquivos escolares são, como os demais arquivos, "celeiros da história" e constituem lugares especiais para a aprendizagem das diferentes disciplinas do ensino fundamental e médio. Alguns documentos produzidos/acumulados pela instituição, como os regimentos, os dossiês individuais dos alunos, os álbuns fotográficos, os boletins e os periódicos, podem ser utilizados no ensino de História e da Geografia, por exemplo. Outros documentos, como programa de ensino, provas de alunos, relatórios de coordenadores, planos de aula, etc., constituem fonte privilegiada para o estudo das propostas curriculares e da conformação das diferentes disciplinas e podem proporcionar uma rica e necessária reflexão sobre a atividade pedagógica desenvolvida na escola. (MORAES, 2004, p. 16).

Gonçalves (2008) destaca a importância da própria história da escola e da comunidade que a envolve como um eixo a ser explorado, apontando para o arquivo escolar como o recurso a ser utilizado para esse fim.

Gil (2012) examina a questão, definindo que a documentação escolar deve ser preservada por representar uma parte significativa da memória institucional. As reflexões apresentadas colocam em debate questões relativas à educação para o patrimônio, à ampliação de fontes históricas e suas abordagens no ensino de História.

Quanto à questão da preservação da documentação escolar, a autora destaca a necessidade de organização e guarda dessa documentação de acordo com normas da Arquivologia. Como resultado, o trabalho da autora apontou para a valorização de fontes documentais produzidas pela escola como elemento de produção de memórias da instituição.

Gil (2012) também destaca o potencial educativo dos documentos escolares para o ensino de História, a partir da perspectiva de que esses documentos possibilitam uma investigação histórica, que permite que outros conhecimentos, outras verdades possam ser apreendidas. A autora, apresenta questionamentos com relação a possíveis temas do currículo de História que possam ser estudados e traz exemplos interessantes desses possíveis temas.

Carlos (2012) traz exemplos do uso dos documentos escolares, a partir de uma experiência empírica no arquivo da Escola Estadual Rio de Janeiro, no estado do Rio Grande do Sul. Através dessa experiência, o autor identificou que os documentos escolares “em sala de aula assumem o lugar de fontes históricas que informam sobre a sociedade em outra época” (CARLOS, 2012, p. 282).

Partindo da análise das atas de encerramento escolares, que traziam informações, entre elas, critérios de justificativa de reprovação de alunos e de classificação, dos quais a “cor da pele”, o trabalho do autor visualizou a possibilidade de usar esse dado como uma forma de trabalhar temas como escravidão e cotas raciais em sala de aula.

No que tange ao desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial, Gomes e Monteiro (2016) ressaltam a importância dos arquivos enquanto instrumentos de ação pedagógica, destacando que:

Os arquivos, escolares ou não, podem e devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos; professores e alunos devem recorrer a eles para a formulação de um processo de aprendizado mais dinâmico, rompendo a ideia de arquivos como locais de perpetuação de poder, observando-os como locais privilegiados de recursos informacionais, que possibilitam a produção de novos conhecimentos (p.67).

Segundo os autores, o uso dessa metodologia nos arquivos escolares irá permitir atender uma demanda por mudança nos processos de ensino e aprendizagem

que despertem maior interesse nos alunos. Para os escritores, a Educação Patrimonial é um recurso útil que possibilita trazer o patrimônio para as salas de aula.

Dessa forma, a Educação Patrimonial atua como uma proposta interdisciplinar de ensino relacionada às questões concernentes ao patrimônio cultural, a qual,

Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema. (ORÍÁ, 2005 apud CAVALCANTI, 2014, p. 7).

Nas escolas, portanto, é possível pensar a Educação Patrimonial a partir dos programas curriculares e projetos que discutam os conceitos de patrimônio. O próprio Parâmetro Curricular das Ciências Humanas e suas Tecnologias para o Ensino Médio contempla o tema.

A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p.26).

Embora a Educação Patrimonial trate de qualquer bem cultural, temos no arquivo escolar um exemplo que pode ser explorado para o desenvolvimento de ações educativas. Através do seu acervo é possível, entre outros aspectos, conhecer a história da escola e do bairro onde se situa. Nesse ponto, “utilizar o patrimônio histórico e cultural como ferramenta de ensino e aprendizagem na sala de aula, contribuirá para o fortalecimento do sentido de pertencimento e é salutar para uma vivência consciente dos estudantes” (ALVES, 2017, p.1). O arquivo escolar, por estar mais próximo da realidade dos alunos e muitas vezes trazer informações acerca dessa realidade, pode contribuir com essa noção de pertencimento.

Quanto ao desenvolvimento de ações educativas e de Educação Patrimonial em termos empíricos, cabe destacar os projetos de pesquisa de Gomes (2010), intitulado

“Arquivo e Escola: reflexões sobre a contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento”, o de Souza (2017), intitulado “Colégio Estadual João Alfredo: História, Memória e Patrimônio” e o projeto de ensino de Alves (2017), cujo título é “Centro de Memória Orsina da Fonseca: a Educação Patrimonial invade o cenário escolar”.

Além desses projetos, há duas iniciativas que cabe ressaltar. A primeira é do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED), cuja proposta volta-se para o desenvolvimento de cursos de Educação Patrimonial que visa a reflexão e vivência de experiências em Educação Patrimonial na escola, particularizando o arquivo escolar como fonte de pesquisa na educação básica. Esse trabalho, aplicado em escolas públicas, é voltado para a sensibilização de professores e alunos sobre a importância da preservação do patrimônio documental, sobre conservação preventiva, arranjo documental, história da educação e das instituições escolares.

A segunda é do Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (CMEUSP) que vem desenvolvendo projetos de pesquisa direcionados a ações educativas e de Educação Patrimonial. Um desses projetos objetiva preservar o patrimônio histórico das mais antigas escolas do estado de São Paulo. Além disso, o projeto conta com instrumentos lúdicos, como um kit pedagógico composto de um jogo de tabuleiro denominado “Arquivo Perdido”; uma revista de história em quadrinhos denominada “Em busca da memória escolar”; e um manual “O acervo escolar: manual de organização e cuidados básicos”, de autoria de Iomar Zaia. Esses instrumentos são doados pelos pesquisadores quando em visita às escolas.

Referente ao uso do arquivo escolar enquanto fonte para pesquisas há trabalhos, por exemplo, que analisam o seu papel para reconstituir a trajetória das instituições educacionais; os que identificam esse arquivo como lugar de memória; os que o consideram como fonte para os estudos da Educação e os que pensam sobre cultura escolar.

Cabe destacar ainda trabalhos de autores que, ao se debruçarem sobre esses arquivos para desenvolver pesquisas, verificaram o seu estado de conservação e as

condições físicas dos documentos e trazem relatos que demonstram preocupações quanto à sua preservação.

Quanto aos que tratam desses arquivos para a reconstituição da trajetória da escola e como lugar de memória, destacamos as contribuições de Magalhães (1998), que identifica esses arquivos como fonte essencial, haja vista a trajetória da escola ser construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” e de Vidal (2005b) que, a partir das observações de Pierre Nora (1993), enxerga os arquivos enquanto lugares duplos, como locais de guarda, guardados em si mesmo, mas também abertos a novas leituras acerca do passado e do presente, uma vez que oferecem acesso a sua documentação.

O arquivo escolar possibilita compreender e explicar a existência histórica da escola, além de se constituir enquanto espaço capaz de abrigar várias memórias, de reunir uma gama de documentos que ativam o nosso passado e passam a ganhar significado no presente, muitas vezes com outros olhares, outras interpretações. O arquivo escolar nos ajuda a entender não somente a memória da escola, mas também a história do entorno. Nesse sentido, Gomes e Monteiro (2016), ao abordarem os arquivos escolares, ressaltam que:

São formados por um acervo rico, diverso e complexo; o patrimônio escolar faz parte da história das comunidades onde se situam as instituições. A preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio (GOMES E MONTEIRO, 2016, p. 71).

Reis e Reis (2017) defendem que a documentação armazenada nesses arquivos constitui memórias que trazem à tona noções e vestígios, que demonstram como a escola foi criada, por quem, quais as metas, funções e práticas cotidianas. Mogarro (2006) ressalta o lugar dos arquivos escolares nas instituições educativas, para auxiliar na compreensão do seu itinerário construído ao longo do tempo.

O arquivo é importante por ser um produto das atividades das escolas, que possibilita, a partir dos seus documentos, a apreensão da sua história, cultura, organização, funcionamento e, embora represente uma realidade particular, é

importante também por permitir uma maior compreensão do sistema educativo como um todo.

Mogarro (2006) nesse mesmo trabalho apresenta diferentes documentos que compõe o arquivo escolar e que são importantes tanto para reconstruir a trajetória da escola, quanto para estudos da História da Educação.

Partindo da análise dos documentos apresentados por Mogarro (2006), Pereira (2007) ressalta que apenas parte do passado escolar fica registrada por escrito, devendo ser exploradas outras fontes para se reconstruir a história da escola. Devem ser considerados documentos em outros suportes como, por exemplo, objetos variados, quadros, carteiras, globos, lousas, mobiliário, quadros didáticos ou comemorativos, uniformes, cadernos, provas, trabalhos de alunos, manuais escolares, diários de recordações de adolescentes, etc.

Esses documentos são considerados, para os autores da História da Educação, como constitutivos da Cultura Material Escolar, a qual segundo Castro (2011) abrange elementos que constituem o universo escolar, como os objetos de leitura e escrita; materiais de limpeza; mobiliários; indumentárias, dentre outros.

Relativo à utilização dos arquivos escolares para estudos, Bonato (2005) salienta o arquivo escolar como um ambiente profícuo para pesquisas, o qual apresenta múltiplas possibilidades de investigação que permitem conhecer, por exemplo, as atividades administrativas e pedagógicas de transformação da educação ao longo do tempo.

Reis e Reis (2017) também contribuem para o debate, demonstrando a importância desses arquivos para sanar indagações e incômodos que perpassam a Educação respondendo a questões pertinentes da área.

Segundo Vidal (2005a) quanto aos arquivos escolares, os autores têm se debruçado sobre relatos de experiências de organização de acervos, sobre narrativas que destacam os potenciais desses arquivos para a percepção da cultura escolar e sobre publicações de inventários, guias e manuais e reprodução de documentos, o que vem provocando uma renovação das práticas da pesquisa e o uso de outros arcabouços teórico-metodológicos.

Ainda sobre a questão, Furtado (2011) infere que através dos arquivos das escolas é possível compreender o processo de ensino e aprendizagem, a cultura escolar e os seus documentos e, conseqüentemente, auxiliam para a História da Educação, tornando-se fontes de informações imprescindíveis para a pesquisa.

Os arquivos escolares agregam documentos que tornam possível apreender vários temas do contexto escolar, como as práticas educacionais, culturas escolares, trajetória da escola, currículo, políticas educacionais, práticas pedagógicas, métodos de ensino que foram sendo construídos através do tempo e que podem ser explorados pela História da Educação.

Quanto aos arquivos escolares utilizados para pensar a cultura escolar, evidenciamos as contribuições de Viñao Frago (2000), Dominique Julia (2001), Faria Filho et al (2004) e Barroso (2012).

A ideia de uma cultura escolar refere-se ao fato de que as escolas, embora integradas a contextos sociais mais amplos, concomitantemente desenvolvem uma cultura específica, própria do seu cotidiano escolar. Apesar das escolas possuírem características comuns relativas às suas atividades educacionais, ao atendimento às normas, legislações, programas e políticas educacionais, há também a atuação dos sujeitos envolvidos no cotidiano escolar, que implicam na constituição da sua cultura.

Dessa forma, o papel social de uma escola vai além da prestação de um serviço educativo pautado por determinações burocráticas e agrega também os indivíduos e práticas que são fundamentais para a compreensão dos processos organizativos, pedagógicos, de gestão e tomadas de decisão.

Segundo Barroso (2012), quanto à cultura escolar, podem-se identificar três tipos de abordagens. Na primeira, funcionalista, aquela é a Cultura (no sentido amplo) que é veiculada através da escola. A instituição educativa é vista como um simples transmissor de uma cultura que é definida e produzida exteriormente e que se traduz nos princípios, finalidades e normas que o poder político (social, econômico, religioso) determina como constituindo o substrato do processo educativo e da aculturação das crianças e dos jovens.

Na estruturalista, a “cultura escolar” é a produzida pela forma escolar de educação, principalmente através da modelização das suas formas e estruturas, sejam

o plano de estudos, as disciplinas, o modo de organização pedagógica, os meios auxiliares de ensino etc. Por último, na interacionista, a “cultura escolar” é a cultura organizacional da escola. Neste caso, não se trata da escola enquanto instituição global, mas sim de cada escola em particular. O que está em causa nesta abordagem é a “cultura” produzida pelos atores organizacionais nas relações uns com os outros, com o espaço e com os saberes.

Corroboramos dessa última perspectiva, pois ela considera que a identidade de cada escola é construída pelos valores, pelas relações entre os sujeitos, nas relações com o tempo e espaço, enfim construída no dia-a-dia de cada escola em particular. Adotamos a perspectiva de “culturas escolares” em detrimento de cultura escolar, por compreendermos que cada escola é um universo único, com inúmeras possibilidades.

Apesar da missão, funções e atividades das escolas serem padronizadas e haver legislações que regulamentam a sua atuação, a maneira como cada uma se constitui e como os sujeitos atuam no cotidiano escolar é diversa e plural. Isso se reflete nos arquivos enquanto produto desse contexto.

Por fim, ressaltamos trabalhos de autores que demonstram preocupações com as condições físicas, estado de guarda e conservação dos acervos escolares. Destacamos as contribuições de Magalhães (1998), Bonato (2002; 2005), Silva et al (2008); Costa e Ignácio (2019).

[..] Sede privilegiada de uma multiplicidade de ações humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afetivas, produto de um cotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do cotidiano escolar (MAGALHÃES, 1998, p. 75).

Nesse aspecto a partir da nossa experiência empírica⁶ e da literatura que trata sobre a questão da organização, gestão e preservação dos arquivos escolares o que se identifica é que, há ainda muitos desafios que permeiam esses arquivos, como relativos à recuperação e acesso as informações que não são organizadas conforme parâmetros

⁶ Trata-se do desenvolvimento da dissertação “Organização de arquivos escolares: orientações a partir do olhar arquivístico, defendida em 2020, junto ao Programa de Pós graduação de Gestão de documentos e arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Para mais informações acessar: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2019/rodrigues-fernanda-da-silva-organizacao-de-arquivos-escolares-orientacoes-a-partir-do-olhar-arquivistico/view>.



arquivísticos; recursos humanos e materiais escassos; desconhecimento dos sujeitos das escolas sobre gestão de documentos e sobre os instrumentos arquivísticos; condições insalubres dos documentos e necessidade de aproximar políticas de gestão de documentos estaduais e as escolas.

Sobretudo nas escolas públicas, o desafio tem sido o de encontrar soluções para tornar o processo de armazenamento e recuperação desses documentos eficiente para administração no processo de tomada de decisão. Sabe-se que a produção documental é intensa e os recursos são escassos, então todo esforço no sentido de se pensar formas de melhorar tal processo e torná-lo mais eficiente, deve ser considerado. (SILVA et al, 2008, p.2).

As reflexões apresentadas até o momento ilustram a relevância do arquivo escolar em diferentes aspectos. Seja por representar um objeto de estudo que vem se consolidando ao longo do tempo e crescendo no universo da Arquivologia; seja por servir ao atendimento de demandas imediatas das escolas e da Administração; ou por se constituir de informações importantes de interesse administrativo e pedagógico, possibilitando o desenvolvimento de ações educativas e pesquisas, esses arquivos precisam ser preservados.

Levando-se em consideração a importância do arquivo escolar, é preciso repensar medidas de gestão de documentos nas escolas que visem à racionalização da produção documental; as condições mínimas de preservação; e que melhorem o processo de recuperação das informações nos arquivos escolares, tanto para a realização das suas atividades cotidianas, para garantir os direitos dos cidadãos, para atender as demandas da Administração Pública e para atender outros usos, como, por exemplo, de pesquisa e desenvolvimento de ações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas instituições arquivísticas a atuação do arquivista deve visar o estabelecimento de um serviço educativo sistemático e atuante, que não resulte apenas em ações pontuais.

Nas escolas as contribuições da Arquivologia e dos arquivistas são mais prementes devendo aquelas serem espaços de atuação para os arquivistas, que têm

grandes contribuições a oferecer com a sua formação e experiência empírica nos arquivos.

Tanto nas escolas quanto nas instituições arquivísticas podemos empreender esforços no sentido de potencializar os usos dos arquivos com fins educativos, tornando-os visíveis para serem utilizá-los enquanto instrumentos favoráveis nos processos de ensino e aprendizagem, com destaque à metodologia da educação patrimonial.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. A. Educação patrimonial e ensino de história - conhecendo Rondonópolis através do patrimônio histórico e cultural - um guia educacional como proposta. In: XXIX Simpósio Nacional de História: contra preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. **Anais do XXIX**. Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília-DF, 2017.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/publicacoes/textos/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso 18 jun. 2021.

BARROS, José Costa D' Assunção. Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, v.. 4 n. 8, jul/dez 2010. p. 1-29. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/953/588>. Acesso em 06 jun. 2021.

BARROSO, J. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. **Princípios Gerais da Administração Escolar**, v. 1, 2012. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BELLOTTTO, H. Difusão Editorial, Cultural e Educativa. In: BELLOTTTO, H. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 227-247. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_7_Belotto_Difusao.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os Arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de história da educação**, n. 10 jul/dez, 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>. Acesso em: 04 jul. 2021.



BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**. São Paulo: UNESP, 1990.

CARLOS, A. L. G. Arquivos escolares e ensino de história: interlocuções possíveis. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)**, v. 4, p. 282-293, 2012. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/31624/20870>. Acesso 10 jul. 2021.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1990.

DOSSE, François. **A história em Migalhas: dos Annales à nova história**. Tradução Dulce da Silva Ramos; prefácio Elias Thomé Saliba. 3ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100008. Acesso em 10 jun.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Alessandra C. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42357>. Acesso em: 04 jul. 2021.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Arquivos escolares e ensino de História. **Revista Criar Educação**, v. 1, p. 1-13, 2012. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/864/817>. Acesso em 07 jun. 2021.

GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno. Arquivo e escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf. Acesso em: 04 jul. 2021.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2001. Disponível em:

<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>.

HORTA, Matia de Lourdes Pareiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz; GRUMBERG, Evelina. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. BRASÍLIA: IPHAN, 1999. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em 23 jun.2021.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia P. e CATANI, Denice B (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

MOGARRO, Maria J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa.

Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em; <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal de. Prefácio. In: ZAIA, Iomar Barbosa. **O Acervo escolar: Manual de Organização e Cuidados Básicos**. São Paulo, Centro de Memória FEUSP, 2004.

MARQUES, L. P.; MARQUES, C. A. Dialogando com Paulo Freire e Vygotsky sobre Educação. In: **29º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu/MG, 2006.

PARRELA, I. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2015.

Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>. Acesso em: 04 jul. 2021.

PEREIRA, D.P; SILVA, E.P. Funções Arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p.1-22, jan./jun. 2019.

Disponível em https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754/pdf_1. Acesso em: 06 jul. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. Acesso em: 19 jun. 2021.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; REIS, João Olímpio Soares dos. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **Ágora**, n. 55, v. 27, p. 475-500, 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/648/pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SILVA, C. A.; RIEDLINGER, M. A.; CALDERON, W. R. **A Gestão da documentação escolar: o caso do Colégio Marcelino Champagnat**. 2008. Disponível em:

http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação Patrimonial: Políticas, relações de poder e ações afirmativas. In: **Caderno Temático de Educação Patrimonial n° 5**. João Pessoa: Iphan, 2016, p. 39-48.

VIDAL, D. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R.; VLDEMARIN, V. **A cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2005b. p. 3-30.

VIÑAO FRAGO, A. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: ALMUIÑA FERNÁNDEZ, C.; ARBAT, T.C.; ARTOLA, M.; MARTÍN, J.A.M.; MOLINA, M.G.; TAVERA, S.; VILLARES, R.; VIÑAO FRAGO, A.; BERAMENDI, J.G.; GUEREÑA, J.-L.; SERRANO, C.S. (Orgs.). **Culturas y civilizaciones**: III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4ª ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1991.